



REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

EXCERTO DA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DE 2017, QUE APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2016.

Aos 22 dias do mês de fevereiro de 2017, às 09h30, reuniram-se na sala de reunião da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em Brasília, os Conselheiros relacionados ao final, com o objetivo de tratar dos assuntos referenciados na pauta. Nesta reunião, de acordo com o item 2 da pauta, foram aprovadas as demonstrações financeiras do exercício de 2016 com base no parecer dos Auditores Independentes, representados pela empresa RSM. Conselho de Administração da Organização Social Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Jussara Marques de Almeida

Gonçalves - Representante da SBC, Raphael Callou Neves Barros - Representante do MEC, Sergio Vianna Fialho - Representante do PoP-RN, Rafael Pontes Lima - Representante do PoP-AP, Maximiliano Salvadori Martinhão - Representante do MCTIC, Otávio Veigas Caieta - Representante do MCTIC, Rossana Maria Andrade - Representante do LARC, Márcia Regina de Souza - Representante dos Associados RNP, Luiz Carlos da Silva Ramos - Representante do MEC. Brasília, 22 de fevereiro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em reais)

Table with columns for 2016 and 2015. Rows include: Receitas com restrição (209.870.683), Despesas com pessoal (48.459.421), Provisão para contingências (704.457), Despesas financeiras (3.148.230), Resultado financeiro líquido (221.591.324).

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em reais)

Table with columns for 2016 and 2015. Rows include: Ativo Circulante (265.557.514), Imobilizado (36.242.746), Total do Ativo (316.731.024).

Table with columns for 2016 and 2015. Rows include: Passivo Circulante (229.024.831), Patrimônio social (32.474.854), Total do Passivo (316.731.024).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em reais)

1. Informações sobre a entidade: A Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), localizada na Avenida Lauro Muller 116 - 1103, Rio de Janeiro, RJ, foi qualificada como organização social por meio do Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para o suporte às atividades de ensino, notadamente, na educação superior e na pesquisa. Para isso, se constitui como a infraestrutura de rede de comunicação e computação para suporte à pesquisa brasileira, uma vez que propicia a integração de todo o sistema de pesquisa e ensino superior por meio de uma rede de alta capacidade, rica de serviços e aplicações. Por meio dessa rede nacional, ou backbone, chamada Rede Ipê, também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e teste de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas tecnologias constituem a base da nova sociedade do conhecimento, onde seu domínio e uso são essenciais para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, a própria rede se constitui como um laboratório nacional no qual os experimentos de TIC são utilizados, permitindo que seus resultados possam beneficiar mais rapidamente os clientes. As atividades desenvolvidas pela RNP estão atreladas a metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e a Associação, assinado originalmente em 26 de março de 2002 com vigência inicial de 5 anos. Esse contrato também recebe recursos de outros Ministérios, atualmente, Educação, Saúde, Cultura e Defesa, para atendimento das mesmas metas, que compõem o Programa RNP. Este contrato inicial foi renovado em 16 de janeiro de 2007, com prazo de vigência de 4 anos e, por fim, foi estabelecido novo contrato com início em 22 de dezembro de 2010 e vigência de 6 anos adicionais. A RNP depende do recebimento de repasse de recursos do MCTIC para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato, a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização. Em 5 de fevereiro de 2016, a Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) encaminhou, para todas as Organizações Sociais vinculadas, as orientações acerca do processo de renovação dos Contratos de Gestão. Para as Organizações Sociais com contratos vigentes, como a RNP, o processo englobará as seguintes etapas: elaboração do plano de fomento consulta pública para obtenção de contribuições da sociedade, e a negociação e assinatura do contrato. O cronograma previsto era de que o plano de fomento fosse elaborado até maio de 2016 e incluiria: plano de ação plurianual, quadro de indicadores e metas com memória de cálculo, sistemática de avaliação, orçamento estimativo e cronograma de desembolso. No entanto, o processo de renovação de longo prazo não finalizou neste exercício, estendendo-se a 2017. Para que este próprio exercício não ficasse descoberto, foi realizado um aditivo contratual de um ano ao período de 2011 a 2016, estendendo-se até 31 de dezembro de 2017. 2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Alguns números finais de 31 de dezembro de 2015 foram reclassificados para melhor apresentação e comparação. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, saldos em caixa ou em conta movimento com risco insignificante de mudança de valor. b) Apuração do superávit: O superávit é apurado pelo regime de competência para os recursos recebidos via Contrato de Gestão e convênios FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Para os demais convênios e contratos, a contabilização ocorre pelo regime de caixa. A receita apropriada pelo regime de competência é reconhecida na extensão em que são incorridas as despesas relacionadas aos projetos executados com recursos do Contrato de Gestão ou financiados pela FINEP. As receitas advindas de outros convênios, contratos e prestação de serviços, geradas pela RNP, são contabilizadas no momento do seu recebimento. Com isso, os resultados apurados na Demonstração de superávit (déficit) do exercício se referem ao resultado desta última execução. c) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: Constituídas com base em análise pela Administração da carteira, conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica. d) Imobilizado: Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 12, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou a sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. e) Intangível: Ativos Intangíveis refletem os custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável. f) Provisões: Geral. Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer

reembolso. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas. A RNP é parte em diversos processos judiciais e administrativos, portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais ou administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. g) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: O processo de elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas a entidades sem fins lucrativos, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e nas suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e intangível e provisão para contingências. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente. h) Instrumentos financeiros: Ativo financeiro. Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e recebíveis. A Entidade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados a valor justo, por meio do resultado dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Redução do valor recuperável de ativos financeiros. A Entidade avalia na data das demonstrações financeiras se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros. Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores. Instrumentos derivativos. A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2016 e 2015 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A Entidade não realizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza. i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. j) Tributação: A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a isenção tributária. Caso a RNP não gozasse de isenção tributária, as receitas de prestação de serviços estariam sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Imposto Sobre Serviços - ISS 5,00%, Programa de Integração Social - PIS 0,65%, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS 3,00%. A tributação sobre o lucro compreendida o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda seria computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, e a contribuição social seria computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente gerariam créditos ou débitos tributários diferidos. k) Demonstração dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. 4. Caixa e equivalente de caixa:

Table with columns for 2016 and 2015. Rows include: Banco do Brasil S.A. - 37.000-2 (33), Banco do Brasil S.A. - 28.000-3 (-), Banco do Brasil S.A. - 27.400-3 (3), Banco do Brasil S.A. - 27.500-X (45), Banco do Brasil S.A. - 70.002-9 (44), Banco do Brasil S.A. - 40.100-5 (26), Banco do Brasil S.A. - 28.690-7 (19), Total (170).

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em reais)

Table with columns for Patrimônio social, Superávit (Déficit) acumulado, Total. Rows include: Em 1 de janeiro de 2015 (2.530.594), Integralização de capital (653.323), Superávit do exercício (- 573.053), Em 31 de dezembro de 2015 (3.183.917).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em reais)

Table with columns for 2016 and 2015. Rows include: Fluxo de caixa das atividades operacionais (12.668.488), Caixa Líquido gerado (aplicado) das atividades operacionais (136.145.323), Fluxo de Caixa das atividades de investimento (136.145.231), Fluxo de Caixa das atividades de financiamento (-).

5. Títulos e valores mobiliários:

Table with columns for 2016 and 2015. Rows include: Renda fixa - FIX (260.484.982), Renda fixa - DI (4.572.532), Título de Capitalização (500.000).

6. Contas a receber

Table with columns for 2016 and 2015. Rows include: Clientes (95.184), Duplicatas a receber (162.713), PECLD (147.119).

7. Adiantamentos a terceiros

Table with columns for 2016 and 2015. Rows include: Adiantamento a fornecedores (179.066), Importação em andamento (245.660), Adiantamento de viagens (47.950).

8. Crédito de funcionários

Table with columns for 2016 and 2015. Rows include: Adiantamento de viagens (12.708), Adiantamento de salário (23.159), Empréstimos a funcionários (832), Antecipação de férias (327.077).

continuação

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

9. Despesas pagas antecipadamente (circulante)

	2016	2015
Prêmios de seguros	306.207	303.639
Adiantamento a fornecedores	2.251.099	1.986.157
	2.557.306	2.289.796

10. Impostos e contribuições a recuperar

	2016	2015
COFINS a recuperar	8.315	42.478
	8.315	42.478

A diminuição na COFINS a recuperar deve-se ao aumento da contribuição apurada sobre o faturamento (R\$ 189.159) em relação ao crédito de energia elétrica e aluguel (R\$ 154.995).

12. Imobilizado:

	Taxas anuais de depreciação	Residual dez/15	Custo		Depreciação		Baixa anual	Residual dez/16
			Aquisições	Baixas	Depreciação anual	Baixa anual		
Equipamentos de computação	20%	35.185.956	1.912.851	(2.932.002)	(11.645.249)	2.746.475	25.268.031	
Máquinas e equipamentos	10%	8.725.016	30.501	(209.864)	(1.153.432)	152.988	7.545.209	
Beneficentários em propriedade de terceiros	10%	164.812	-	-	(60.736)	-	104.076	
Móveis e utensílios	10%	3.845.421	298.169	(245.878)	(726.704)	154.421	3.325.430	
		47.921.205	2.241.521	(3.387.744)	(13.586.121)	3.053.884	36.242.746	

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 13.586.121 (R\$ 9.068.866 em 2015) e está registrada no resultado do exercício. Não há bens do ativo imobilizado dados em garantia a terceiros. No exercício de 2016 ocorreram baixas no ativo imobilizado por doação no montante de R\$ 1.809.079, por avaria de R\$ 322.438, por obsolescência de R\$ 683.834, por roubo de R\$ 3.829, por extravio de R\$ 68.469 e por outros casos de R\$ 500.095, totalizando o montante de R\$ 3.387.744. Não houve alteração no tempo de vida útil econômica dos ativos.

13. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Residual dez/15	Custo		Amortização		Baixa anual	Residual dez/16
			Aquisições	Baixas	Amortização anual	Baixa anual		
Sistema aplicativo software	20%	2.424.838	974.318	(19.832)	(835.530)	17.728	2.561.522	
		2.424.838	974.318	(19.832)	(835.530)	17.728	2.561.522	

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 835.530 (R\$ 428.106 em 2015) e está registrada no resultado do exercício. No exercício de 2016 ocorreram baixas no ativo intangível por obsolescência no montante de R\$ 5.573, por doação de R\$ 3.674 e por outros casos de R\$ 10.585, totalizando o montante de R\$ 19.832 (R\$ 334.179 em 2015).

14. Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores de serviços de telecomunicações	22.537.620	16.727.897
Fornecedores de serviços profissionais	523.914	1.785.266
	23.061.534	18.513.163

15. Obrigações fiscais: Refere-se basicamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2016 e 2015 que apresentaram, respectivamente, os saldos de R\$ 1.202.228 e R\$ 1.059.033.

16. Obrigações sociais

	2016	2015
INSS	921.797	838.881
FGTS	321.519	277.670
PIS	50.237	43.930
	1.293.553	1.160.481

17. Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Férias	3.350.459	3.137.647
INSS sobre férias	854.365	800.098
FGTS sobre férias	268.035	251.010
	4.472.859	4.188.755

18. Obrigações em circulação

	2016	2015
Contrato de Gestão - MCTI	228.732.508	109.720.760
Finop - Giga	23.332	20.723
Finop - Sibratec	268.991	279.693
	229.024.831	110.021.176

O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o contratante, ou seja, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP. As entradas dos recursos do Contrato de Gestão, bem como os recursos dos convênios FINEP, são registradas na conta de Obrigações em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada na caixa da Organização. Na medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício. Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão já pactuados, a RNP, em 2017, receberá recursos adicionais no valor total de R\$ 36.170.870 para a continuidade do fomento e execução de atividades de pesquisas tecnológicas, desenvolvimento e operação de meios de serviços de difusão do conhecimento na área de tecnologia de informação e de comunicação, conforme apresentado abaixo:

	2017
15º Termo Aditivo do Contrato de Gestão - MEC	30.000.000
15º Termo Aditivo do Contrato de Gestão - MCTI	6.170.870
	36.170.870

Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras o montante acima enumerado ainda não havia sido disponibilizado para a Entidade pelo MCTIC ou pelo MEC.

	2016	2015
Outras contas a pagar	244.784	94.282
	244.784	94.282

A maior parte da variação é referente ao valor a pagar das apólices de seguros vigentes (R\$ 179.776). **20. Provisão para contingências:** A RNP é parte em processos judiciais ou em riscos potenciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas como de risco provável de perda. A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomadas em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas prováveis de processos judiciais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 de acordo com os valores abaixo discriminados:

	2016	2015
Trabalhistas	25.510.352	27.392.300
Cíveis	2.478.843	1.301.352
	27.989.195	28.693.652

Contingências trabalhistas: Foi reduzido da provisão trabalhista de 2015 (R\$ 27.392.300) o montante de R\$ 1.881.948 em 2016, referente ao passivo contingencial classificado como de risco provável em 2015 e mitigado ao longo do exercício de 2016, composto basicamente de situações que não fazem mais parte do período de decadência de cinco anos. **Contingências cíveis:** Foi realizada uma adição de R\$ 1.177.491 na provisão efetuada para atender a contingência passiva da ação judicial impetrada pela empresa Global Crossing Comunicações do Brasil Ltda., com base na correção das mensalidades devidas, porém não pagas, considerando a atualização monetária, no valor de R\$ 976.028 (R\$ 434.042 em 2015) e a avaliação sobre os valores de excedente de banda de R\$ 1.502.815 (R\$ 867.311 em 2015). O montante referente à multa contratual continua classificado como de risco remoto em virtude do andamento do processo no exercício de 2016. Adicionalmente, a Entidade tem ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Quantidade	2016	2015
Trabalhistas	4	939.774	101.261
Tributária	1	16.097.641	833.593
		17.037.415	934.854

A maior variação de 2016 se deve à contingência tributária reclassificada neste exercício como possível, mas que em 2015 estava caracterizada como de risco remoto, e que se refere

11. Despesas pagas antecipadamente (não circulante)

	2016	2015
Adiantamentos diversos	1.517.977	2.047.862
Adiantamento a fornecedores	5.130.906	7.117.063
	6.648.883	9.164.925

Em julho de 2010, a RNP celebrou junto a Oi um convênio para desenvolvimento de tecnologias em aplicação de rede. Nos termos deste convênio, a RNP pagou a esta operadora o montante de R\$ 19.861.571 e, em contrapartida, recebeu o direito de uso de capacidade e infraestrutura a ser provido pela mesma nos pontos de presença da RNP pelos próximos 10 anos. Por se tratar de um direito da RNP a mesma fará a apropriação ao resultado à medida que as capacidades e a estrutura venham sendo utilizadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a despesa de amortização apropriada ao resultado foi de R\$ 1.986.157 (R\$ 1.986.157 em 2015).

à incidência de COFINS sobre receitas do Contrato de Gestão no valor de R\$ 16.097.641, cuja fase encontra-se em recurso especial pelo CARF da Receita Federal. As demais variações se devem a atualização dos valores dos depósitos judiciais existentes. Em relação à variação da contingência trabalhista classificada como de risco possível, houve a inclusão de um processo judicial iniciado em 2016, no montante de R\$ 753.836, em que o profissional pede o reconhecimento de vínculo, além de outros direitos trabalhistas. As demais variações referem-se a atualizações monetárias dos litígios anteriormente existentes. Adicionalmente, a RNP possui depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2016 que totalizam em R\$ 1.569.311 (R\$ 860.221 em 2015). Um depósito está vinculado à causa passiva tributária com probabilidade de perda possível, demonstrada no quadro acima, e o outro referente a uma causa ativa tributária.

	Quantidade	2016	2015
Ativa	1	498.765	498.765
Passiva	1	1.070.546	361.456
		1.569.311	860.221

21. Receita de convênios

	2016	2015
EMBRAPA	134.912	-
SERPRO	738.845	-
REDCLARA	1.618.072	-
MCTIC	2.000.000	-
Fundação Universidade de Brasília	302.248	356.221
Lauren Foundation	288.500	429.767
Chamada Coordenada BR-EU	-	15.000.000
Associação das Pioneiras - APS	-	80.959
Centro de Ensino Unificado de Brasília	113.343	221.289
Outros	735.503	335.084
	5.931.423	16.423.320

A receita de convênios é a forma pela qual a RNP busca alavancar recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso quanto para atender aos convênios em serviços de rede ou para complementar a infraestrutura própria destinada à integração de novas organizações e novas comunidades. Com isso, propicia o aumento da base de clientes, diminuindo a vulnerabilidade da RNP em relação ao Contrato de Gestão como único e grande financiador.

22. Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Serviço de cooperativas - taxi	145.525	403.608
Treinamentos e cursos	680.088	1.382.651
Consultoria e assessoria - ESR	526.978	875.090
Consultoria de gestão de projetos	1.494.620	1.695.389
Consultoria e assessoria em pesquisa e desenvolvimento de projeto	111.008	434.431
Consultoria de suporte e manutenção de rede	125.936	290.867
Consultoria e assessoria de informática e congêneres	3.770.158	5.729.976
Consultoria de sistema de informação	8.353.884	12.909.916
Conectividade internacional	10.553.406	12.038.271
Conectividade nacional	95.268.890	115.293.969
Serviço de terceirização de mão de obra	3.621.728	3.447.103
Serviço de instalação, manut. e config. de equipamentos	1.943.516	1.416.414
Serviço de suporte e manutenção de software	1.601.897	1.251.621
Serviços especializados - eventos	290.745	429.174
Assessoria em design	357.845	688.643
Convênio de cooperação acadêmica	16.396.950	7.458.351
Assessoria de imprensa	522.216	476.676
Viagens	2.123.020	8.331.771
Consumo de materiais e produtos	197.838	540.709
Ocupação	3.237.814	3.608.205
Utilidades e serviços	1.920.687	1.909.500
Outras despesas	14.692.100	18.391.985
	167.936.849	199.004.320

A redução ocorrida nas despesas de conectividade nacional se deu em razão do esforço por parte da administração da RNP em obter descontos junto aos fornecedores de Telecom, sem que houvesse prejuízo à continuidade dos serviços. O aumento nas despesas dos serviços de instalação, manutenção e configuração de equipamentos foi devido ao início de operação de dois novos data centers localizados em Manaus e Recife. A elevação nas despesas de suporte e manutenção de *software* se refere ao pagamento de serviços de manutenção do software MPSEAC cujas despesas em 2016 foram arcadas pela RNP, mas que em 2017 serão repassadas à ANINC. A elevação nas despesas de convênio de cooperação acadêmica foi impactada pela execução dos projetos coordenados pela Unidade de Gestão CTIC, que no ano anterior estavam em processo de seleção.

23. Resultado financeiro líquido

	2016	2015
Recitas Financeiras	17.616.411	19.303.636
Juros sobre aplicações financeiras	17.616.411	19.303.636
Despesas Financeiras	(2016)	(2015)
Taxa de saída	-	(66.114)
Despesas bancárias	(36.109)	(17.289)
IOF	(209.882)	(378.020)
IRRF s/ aplicação financeira	(2.876.189)	(3.768.736)
Juros e multas passivas	(811)	(1.592)
Varição cambial	(1.791)	(6.541)
Juros	(23.448)	(800)
	(3.148.230)	(4.239.092)
Resultado financeiro líquido	14.468.181	15.064.544

A redução do resultado financeiro líquido se deu em razão do montante de repasse de recursos em 2016 ter começado a ocorrer no final do segundo semestre, o que impossibilitou que os recursos comessem a gerar rendimento mais cedo. **24. Transações com partes relacionadas: Remuneração e pessoal-chave:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração total da Alta Gerência da RNP foi de R\$ 1.962.806 (R\$ 1.779.704 em 2015). A Associação não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para os seus diretores e colaboradores. A RNP é co-fundadora e associada à CLARA - Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas, uma Organização de Direito Internacional sem fins lucrativos. CLARA opera uma rede de Internet Avançada, a RedCLARA, que interconecta internacionalmente a RNP às redes acadêmicas de diversos países na América Latina e Europa. Com isto, estende o serviço de conectividade às instituições usuárias destes outros países e do continente europeu. CLARA possui um conselho diretivo escolhido através de votação, em assembleia de seus associados. Atualmente, o diretor de engenharia e operações Eduardo Cezar Grizendi, é o representante da RNP no conselho diretivo de CLARA. CLARA, através da RedCLARA, prestou estes serviços de conectividade internacional para a RNP nos anos de 2016 e 2015 nos montantes de R\$ 3.448.506 e 2.921.472, respectivamente. Como reembolso de despesas à RNP, existe a receber da CLARA em 2016 o valor de R\$ 635.667. **25. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2016 os ativos da RNP estavam seguros contra sinistros pelo valor máximo indenizatório de R\$ 13.928.350 para equipamentos diversos, tais como roteadores, servidores e notebooks e de R\$ 2.350.471 para ativos de infraestrutura mobiliária, pelo valor total pago de prêmio de R\$ 359.551 (R\$ 349.471 em 2015), compreendendo o seguro dos riscos dos equipamentos diversos mencionados no valor de R\$ 357.359 e de móveis no valor de R\$ 2.192. Em virtude da localização diversificada dos bens da organização e da análise de risco efetuada pela seguradora contratada, o valor máximo indenizatório se refere à perda por sinistro, da localidade com a maior valorização de equipamentos, que é o município de Recife, em Pernambuco. No entanto, caso o sinistro ocorra em qualquer outra localidade do país, todas as perdas estarão cobertas até o limite máximo indenizatório. Além disso, ao longo do ano, o seguro é revisado e atualizado conforme a probabilidade de mudança do critério anteriormente mencionado, com o objetivo de resguardar o patrimônio. **26. Eventos Subsequentes:** A RNP avaliou os acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2016 para fins de divulgação de eventos subsequentes, e não encontrou eventos significativos a serem divulgados.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP. **Opinião com ressalva.** Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "**Base para opinião com ressalva**", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12). **Base para opinião com ressalva.** Os Ativos Imobilizados da Entidade estão apresentados no balanço patrimonial ao custo contábil líquido de R\$ 36.242.746 (R\$ 47.921.205 em 31 de dezembro de 2015). Ao aplicarmos nossos procedimentos de auditoria para análise da eficiência dos controles da Entidade sobre estes bens e, ao efetuarmos inspeção física em base de amostragem, identificamos que os controles não são efetivos e detectamos diversos equipamentos que compõem o saldo, mas não estavam em operação ou não foram localizados. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 12, a Entidade deprecia o Ativo Imobilizado de acordo com as taxas fiscais de depreciação determinadas pela Secretaria da Receita Federal - SRF. O pronunciamento CPC 27 - ativo imobilizado requer que a depreciação seja calculada com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. Em decorrência dessas deficiências, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor residual dos bens que compõem o saldo bem como o respectivo valor contábil da despesa de depreciação em 31 de dezembro de 2016. Conforme descrito na Nota 14, a Entidade possui obrigações com diversos fornecedores de bens e serviços, dentre os quais obrigações referentes aos serviços prestados por operadoras de telecomunicação que em 31 de dezembro de 2016 montavam R\$ 23.061.534 (R\$ 18.513.163 em 31 de dezembro de 2015). A Entidade vem efetuando análise destas obrigações com o objetivo de determinar seu saldo acurado, contudo, até a presente data, estas análises não haviam sido concluídas e não pudemos nos satisfazer quanto à adequação dos saldos de obrigações com fornecedores de telecomunicações. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase. Continuidade das operações.** Conforme descrito na Nota 1, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, que são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e demais ministérios integrantes do Programa RNP, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto a capacidade de continuidade da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. **Outros assuntos.** As demonstrações financeiras da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24 de fevereiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião



continuação

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017. ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-RJ - 004.080/O-9. Cláudio Silva Foch - Sócio Responsável - CRC-RJ - 102.455/O-4 - Contador.

Relatório de asseguarção limitada dos auditores independentes sobre os quadros relacionados ao fluxo de caixa financeiro exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Aos Administradores e Conselheiros da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - Rio de Janeiro - RJ. **1. Introdução:** Por se tratar de um serviço especial de asseguarção limitada, ressaltamos que há diferenças significativas entre um trabalho dessa natureza e uma auditoria das demonstrações financeiras com o objetivo de emitir um parecer. Este trabalho, embora tenha características e objetivos específicos, não deixa de ser uma auditoria; portanto, deve respeitar as normas da profissão e, em consequência, utilizar os procedimentos aplicáveis a trabalhos dessa natureza em conformidade com a Norma NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção diferente de Auditoria e Revisão aprovada pela Resolução 1.160 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em 20 de novembro de 2015. Para formar opinião sobre as demonstrações financeiras, o auditor executa procedimentos destinados a obter uma certeza razoável de que estas estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos significativos. Devido à natureza dos exames e outras limitações inerentes à auditoria, juntamente com as limitações próprias de qualquer sistema de controle interno, existe o risco inevitável de mesmo qualquer falsa declaração significativa passar despercebida. Contudo, qualquer indicio de que possa ter ocorrido alguma fraude ou erro que pudesse resultar em significativa falsa declaração, faria com que o auditor estendesse seus procedimentos a fim de confirmar ou não suas suspeitas. Embora as normas acima transcritas estejam dirigidas à auditoria das demonstrações financeiras, abrangem todos os trabalhos de auditoria, inclusive serviços de asseguarção limitada. Este relatório foi desenvolvido para atender aos objetivos definidos nos termos de nossa contratação e se destina ao uso exclusivo da Administração da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("RNP" ou "Associação"); consequentemente, não deverá ser publicado, circulado, reproduzido ou utilizado para outras finalidades sem nossa aprovação prévia por escrito. Alertamos, ainda, em qualquer circunstância este trabalho somente poderá ser utilizado integralmente, pois sua leitura parcial poderá levar a interpretações equivocadas. **2. Objetivo da revisão:** Conforme nossa carta de contratação datada de 07 de outubro de 2016, fomos contratados para efetuar uma revisão (asseguarção limitada) dos quadros 1 a 4 relacionados ao fluxo de caixa financeiro da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Estes quadros foram elaborados sob responsabilidade da RNP. Não foi parte integrante do escopo deste nosso trabalho o levantamento e avaliação dos processos e controles internos da Associação que seriam requeridos em um trabalho de auditoria com o objetivo de emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras da Associação, consoante as normas da profissão. **3. Extensão do trabalho:** Nossos trabalhos foram desenvolvidos tomando por base os quadros 1 a 4 relacionados ao fluxo de caixa financeiro da Associação apresentado em reais, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentado no anexo deste relatório de asseguarção limitada. **4. Limitação do escopo:** Nossos procedimentos de asseguarção limitada foram limitados à documentação disponibilizada pelos administradores da RNP, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como discussões restritas com a Administração da Associação e com a área responsável pela elaboração e apresentação dos quadros 1 a 4 relacionados ao fluxo de caixa financeiro da RNP. **5. Principais procedimentos de asseguarção limitada adotados:** **5.1. Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão:** 5.1.1. Histórico de recebimentos dos valores repassados pelo Contrato de Gestão. Refere-se basicamente aos repasses de recursos efetuados nos anos de 2011 a 2016 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e outros órgãos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP. Constatamos o recebimento total do valor de R\$ 328.882.431,66 no exercício de 2016 (R\$ 176.678.513,32 em 2015 e R\$ 286.663.102,00 em 2014, respectivamente). O principal procedimento de asseguarção por nós efetuado foi: • Examinamos os aditivos do Contrato de Gestão através do qual identificamos os montantes aprovados e liberados para a RNP. Constatamos a exatidão e legitimidade dos valores recebidos conforme crédito no extrato bancário. O quadro abaixo demonstra o histórico dos recursos provenientes do Contrato de Gestão Valores em R\$

Fonte	2011	2012	2013	2014	2015	2016
MCTIC	45.882.605	34.607.650	35.350.000	24.895.820	46.645.180	99.757.994
Outras fontes	126.057.238	164.113.726	120.425.664	261.767.282	130.033.333	229.124.438
Total Geral	171.939.844	198.721.376	155.775.664	286.663.102	176.678.513	328.882.432

5.2. Valores repassados pelo Contrato de Gestão no ano de 2016: 5.2.1. Recebimentos do Contrato de Gestão no ano de 2016. Refere-se basicamente aos repasses de recursos efetuados no ano de 2016 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e outros órgãos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP. Constatamos o recebimento total do valor de R\$ 328.882.431,66 no exercício de 2016. O principal procedimento de asseguarção por nós efetuado foi: • Exame dos aditivos do Contrato de Gestão através do qual identificamos os montantes aprovados e liberados para a RNP. Constatamos a exatidão e legitimidade dos valores recebidos conforme crédito no extrato bancário. O quadro abaixo demonstra o histórico detalhado dos valores repassados pelo Contrato de Gestão em 2016:

Termo Aditivo	MCTIC		Outras Fontes via Contrato de Gestão		Valor (em R\$)
	Data	Valor (em R\$)	Termo Aditivo	Data	
12° TA - MCTI	09/03/2016	1.000.000	6° TA - FNDCT	25/02/2016	5.019.679
12° TA - MCTI	07/04/2016	3.171.000	11° TA - MEC	04/02/2016	13.000.000
12° TA - MCTI	25/04/2016	2.000.000	11° TA - MEC	04/02/2016	20.000.000

Termo Aditivo	Data	Valor (em R\$)	Outras Fontes via Contrato de Gestão		
			Termo Aditivo	Data	Valor (em R\$)
12° TA - MCTI	13/06/2016	1.000.000	11° TA - MEC	06/04/2016	20.000.000
12° TA - MCTI	24/06/2016	1.000.000	11° TA - MEC	10/05/2016	27.000.000
12° TA - MCTI	17/08/2016	5.000.000	12° TA - EMBRAPA	18/02/2016	5.813.626
12° TA - MCTI	30/08/2016	1.000.000	12° TA - MC	18/02/2016	2.000.000
12° TA - MCTI	01/09/2016	2.000.000	12° TA - ANCINE	18/02/2016	800.000
12° TA - MCTI	14/09/2016	10.000.000	12° TA - MS	18/02/2016	2.000.000
12° TA - MCTI	29/09/2016	2.000.000	12° TA - MS	18/02/2016	1.000.000
12° TA - MCTI	28/10/2016	4.000.000	12° TA - ANCINE	09/03/2016	1.300.000
12° TA - MCTI	17/11/2016	4.000.000	12° TA - ANCINE	03/08/2016	380.000
12° TA - MCTI	06/12/2016	2.000.000	12° TA - ANCINE	14/09/2016	1.954.161
12° TA - MCTI	12/12/2016	8.000.000	12° TA - MC	15/12/2016	500.000
12° TA - MCTI	23/12/2016	2.000.000	14° TA - MEC	27/10/2016	98.000.000
12° TA - MCTI	23/12/2016	6.116.000	13° TA - VEREDAS	23/12/2016	14.591.000
15° TA - MCTI	30/12/2016	45.470.994	15° TA - EMBRAPA	30/12/2017	5.265.971
			15° TA - MEC	30/12/2017	10.500.000
Total		99.757.994			229.124.438
Total Geral					328.882.432

5.3. Contas bancárias: Refere-se ao sumário dos saldos de conta corrente e aplicações financeiras mantidas junto à instituição financeira em 31 de dezembro de 2016. O principal procedimento de asseguarção por nós efetuado foi: • Confirmamos 100% dos saldos apresentados junto à instituição financeira (Banco do Brasil). O quadro a seguir demonstra o saldo das contas bancárias analisadas (em reais):

Banco	Agência	Conta	Saldo em 30/12/2015	Saldo em 31/06/2016	Saldo em 31/12/2016
Banco do Brasil	3519-x	70.000-2 CG/4655	3.559.299	5.050.836	82.522.246
	3519-x	70.800-3 CG/ Recursos Aditivados	49.219.032	61.656.363	53.524.292
	3519-x	70.900-X CG/4172	16.777.134	30.520.421	70.990.347
	3519-x	70.910-7 FNDCT	13.524.041	13.715.750	14.422.049
			3.706.805	253.649	263.798
Total			86.786.311	111.197.020	221.722.311

MACROPROCESSO	Pessoal		Pessoa Física		Pessoa Jurídica		Viagens		Custeio		Capital		TOTAL	
	Plan. 2016	Exec. 2016	Plan. 2016	Exec. 2016	Plan. 2016	Exec. 2016	Plan. 2016	Exec. 2016	Plan. 2016	Exec. 2016	Plan. 2016	Exec. 2016	Plan. 2016	Exec. 2016
Desenvolvimento Tecnológico	4.962	3.311	2.718	1.259	11.686	849	1.779	318	341	46	3.110	14	24.597	5.798
Engenharia e Operação de Redes	7.377	7.494	520	683	120.991	118.692	1.325	202	1.963	2.068	15.620	577	147.797	129.716
Serviços de Comunicação e Colaboração	6.896	3.975	249	115	12.500	3.899	1.342	56	2.795	4.247	3.206	742	26.988	13.035
Empreendimento de Soluções em TIC	5.337	3.190	500	924	21.625	11.226	2.136	285	212	876	3.312	728	33.122	17.230
Capacitação e Disseminação do Conhecimento	2.851	2.520	676	467	2.643	1.649	745	227	838	209	267	2	8.020	5.074
Relacionamento Institucional	5.115	4.114	0	20	2.103	344	1.200	128	278	15	612	7	9.308	4.628
Gestão e Desenvolvimento Organizacional	21.496	20.646	679	691	13.823	6.413	2.304	314	7.656	7.012	417	23	46.375	35.100
Total	54.034	45.250	5.342	4.160	185.371	143.072	10.831	1.530	14.084	14.473	26.544	2.093	296.207	210.579
Execução		-19%		-22%		-23%		-86%		3%		-1168%		-29%

5.6. Comparativo anual do plano de ação: Refere-se ao comparativo entre o real incorrido em 2016 e o real incorrido em 2015. O principal procedimento de asseguarção por nós efetuado foi: • Confrontamos o total incorrido em 2016, cujos saldos foram testados nos procedimentos descritos no tópico 5.5 com os reais incorridos em 2015, testados no ano anterior, por outro auditor independente, sem divergências. O quadro a seguir demonstra o comparativo entre o real incorrido em 2016 com o real incorrido em 2015:

MACROPROCESSO	Pessoal		Pessoa Física		Pessoa Jurídica		Viagens		Custeio		Capital		TOTAL	
	Exec. 2015	Exec. 2016	Exec. 2015	Exec. 2016	Exec. 2015	Exec. 2016	Exec. 2015	Exec. 2016	Exec. 2015	Exec. 2016	Exec. 2015	Exec. 2016	Exec. 2015	Exec. 2016
Desenvolvimento Tecnológico	3.211	3.311	2.578	1.259	2.169	849	979	318	271	46	494	14	9.703	5.798
Engenharia e Operação de Redes	5.546	7.494	650	683	136.978	118.692	817	202	2.313	2.068	3.641	577	149.944	129.716
Serviços de Comunicação e Colaboração	5.380	3.975	362	115	8.007	3.899	839	56	2.067	4.247	3.135	742	19.790	13.035
Empreendimento de Soluções em TIC	3.807	3.190	1.910	924	15.319	11.226	1.393	285	1.271	876	1.532	728	25.232	17.230
Capacitação e Disseminação do Conhecimento	2.554	2.520	516	467	2.636	1.649	1.839	227	1.601	209	27	2	9.174	5.074
Relacionamento Institucional	1.915	4.114	0	20	298	344	508	128	39	15	1.163	7	9.323	4.628
Gestão e Desenvolvimento Organizacional	18.748	20.646	495	691	9.392	6.413	1.311	314	10.945	7.012	152	23	41.043	35.100
Total	41.161	45.250	6.510	4.160	174.800	143.072	7.686	1.530	18.507	14.473	10.144	2.093	258.809	210.579
Execução		10%		-36%		-18%		-80%		-22%		-79%		-19%

6. Conclusão: Com base nos procedimentos de asseguarção limitada do item 5, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante a ser efetuada nos quadros apresentados neste relatório, referentes ao fluxo de caixa financeiro da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017. ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-RJ - 004.080/O-9. Cláudio Silva Foch - Sócio Responsável - CRC-RJ - 102.455/O-4 - Contador.

Relatório de asseguarção limitada dos auditores independentes sobre os itens de fiscalização da execução do contrato de gestão de I a XI, conforme artigo 34 da Portaria MCTIC nº 967/2011, alterada pela Portaria MCTIC nº 1.123/2015 - Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Ao MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, Rio de Janeiro - RJ. **1. Introdução.** Por se tratar de um serviço especial de asseguarção limitada, ressaltamos que há diferenças significativas entre um trabalho dessa natureza e uma auditoria das demonstrações financeiras com o objetivo de emitir um parecer. Este trabalho, embora tenha características e objetivos específicos, não deixa de ser uma auditoria; portanto, deve respeitar as normas da profissão e, em consequência, utilizar os procedimentos aplicáveis a trabalhos dessa natureza em conformidade com a Norma NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção diferente de Auditoria e Revisão aprovada pela Resolução 1.160 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em 20 de novembro de 2015. Para formar opinião sobre as demonstrações financeiras, o auditor executa procedimentos destinados a obter uma certeza razoável de que estas estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos significativos. Devido à natureza dos exames e outras limitações inerentes à auditoria, juntamente com as limitações próprias de qualquer sistema de controle interno, existe o risco inevitável de mesmo qualquer falsa declaração significativa passar despercebida. Contudo, qualquer indicio de que possa ter ocorrido alguma fraude ou erro que pudesse resultar em significativa falsa declaração, faria com que o auditor estendesse seus procedimentos a fim de confirmar ou não suas suspeitas. Embora as normas acima transcritas estejam dirigidas à auditoria das demonstrações financeiras, abrangem todos os trabalhos de auditoria, inclusive serviços de asseguarção limitada. Este relatório foi desenvolvido para atender aos objetivos definidos nos termos de nossa contratação e se destina ao uso exclusivo da Administração da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("RNP" ou "Associação"); consequentemente, não deverá ser publicado, circulado, reproduzido ou utilizado para outras finalidades sem nossa aprovação prévia por escrito. Alertamos, ainda, em qualquer circunstância, que este trabalho somente poderá ser utilizado integralmente, pois sua leitura parcial poderá levar a interpretações equivocadas. **2. Objetivos da revisão.** Conforme nossa carta de contratação datada de 07 de outubro de 2016, fomos contratados para efetuar uma revisão (asseguarção limitada) dos itens de fiscalização da execução do Contrato de Gestão de I a XI, consoante o disposto no artigo 34 da Portaria MCTIC nº 967/2011, alterada pela Portaria MCTIC nº 1.123/2015, que devem ser destacados e analisados pela auditoria externa, adicionalmente à regularidade dos demonstrativos de resultados financeiros e do balanço patrimonial da entidade, mediante análise de documentação comprobatória da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Não foi parte integrante do escopo deste nosso trabalho o levantamento e avaliação dos processos e controles internos da Associação que seriam requeridos em um trabalho de auditoria com o objetivo de emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras da Associação, consoante as normas da profissão. **3. Extensão do trabalho.** Nossos trabalhos

5.4. Demonstração de receitas auferidas: Refere-se às receitas apropriadas dos recursos recebidos mediante sua aplicação na execução do objeto social da RNP. Os principais procedimentos de asseguarção por nós efetuados foram: • Confirmamos 100% dos saldos apresentados junto a instituição financeira (Banco do Brasil). • Examinamos em base de amostragem, a saída dos recursos financeiros referentes aos pagamentos efetuados através de extrato bancário. • Análises em base de amostragem, a movimentação das aplicações financeiras, assim como os referidos rendimentos referentes às aplicações financeiras conforme extrato bancário. • Examinamos em base de amostragem, as folhas de pagamento, relatórios de provisão de férias e de 13º salário de janeiro a dezembro de 2016, bem como os respectivos pagamentos efetuados. • Examinamos em base de amostragem, guias de INSS e FGTS de janeiro a dezembro de 2016, bem como as respectivas liquidações financeiras através de extrato bancário. • Verificamos que, além dos recursos repassados pelo MCTIC, foram auferidos recursos extras no valor de R\$ 1.116.445, cujas despesas incorridas já foram registradas em períodos anteriores, pois foram absorvidos pelo Contrato de Gestão de forma a registrar a despesa e a respectiva receita no mesmo mês. O quadro a seguir demonstra as receitas auferidas (em reais):

Receita Total	ASS	CG	TOTAL
Receita Contrato de Gestão ¹	-	209.870.683	209.870.683
Receita de Reembolso de Recursos e Patrocínio	-	1.116.445	1.116.445
Receita Prestação de Serviço	1.639.959	-	1.639.959
Receita Financeira	5.169.258	12.447.153	17.616.411
Receitas de Convênios	5.931.423	-	5.931.423
Descontos Financeiros Obtidos ²	1.354	455.119	456.474
Outros ³	8.517	6.395	14.912
Receita Total	12.750.511	223.895.796	236.646.307

Nota 1: Receita realizada do Contrato de Gestão. Nota 2: Descontos obtidos em faturas de prestação de serviços de telecom e não telecom. Nota 3: Receitas não operacionais como variação cambial e prêmio de seguros. **5.5. Plano de ação pactuado e realizado em 2016:** Refere-se ao comparativo entre o orçamento e o real incorrido em 2016. Os principais procedimentos de asseguarção por nós efetuados foram: • Confrontamos o total dos balancetes, segregados por centros de custo (projetos do Contrato de Gestão) com o balancete contábil, sem divergências. • Revisamos em base de amostragem, a saída de recursos financeiros referentes aos pagamentos efetuados através de extrato bancário, validando assim os valores executados. O quadro a seguir demonstra o comparativo entre o orçamento e realizado no ano de 2016:

fornam desenvolvidos tomando por base a informação contábil disponibilizada para fins de auditoria externa independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Quando apropriado, incluímos informações e tabelas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **4. Limitação do escopo.** Nossos procedimentos de asseguarção limitada foram limitados à documentação disponibilizada pelos administradores da RNP, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como discussões restritas com a Administração da Associação e com a área responsável pela elaboração das informações financeiras da RNP. **5. Para atender aos itens mencionados no tópico 2 deste relatório - Objetivos da revisão, detalhamos os procedimentos e as conclusões em cada item do artigo 34. I. Limite percentual de gastos com pessoal em relação aos recursos financeiros repassados por intermédio do Contrato de Gestão; • Análises as despesas trabalhistas e identificamos que a RNP está**

continuação

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

• Destacamos que a Associação não efetua o rateio dos custos de mão de obra envolvida para o Contrato de Gestão, conforme mencionado no relatório de controles internos emitido também por esta auditoria independente para a RNP. • Ressaltamos que em virtude da restrição orçamentária, a RNP não efetua a distribuição do prêmio desempenho de 2015, no exercício de 2016. II. Verificação da remuneração e percepção de outras vantagens pelos dirigentes e empregados da OS-RNP, segundo os critérios pactuados no Contrato de Gestão; • A remuneração percebida pelos dirigentes e empregados da RNP obedecem aos critérios pactuados no Contrato de Gestão conforme o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado. III. Situação de regularidade com o pagamento de tributos federais e existência de provisão para contingências passivas; • A certidão de tributos federais e previdenciários é positiva com efeitos de negativa, devido ao processo movido pela Receita Federal cobrando o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o repasse de recursos do Contrato de Gestão, relativo ao ano-calendário 2001. Em relação a outras obrigações tributárias, a entidade recolhe suas obrigações em dia. Durante os nossos trabalhos de auditoria, identificamos processos em andamento; porém, todos aqueles cujas probabilidades de perda foram avaliadas como provável pelos advogados, foram devidamente contabilizados. Quanto a potenciais contingências, identificamos uma provisão considerada adequada para o risco relacionado à contratação de terceiros. IV. Evolução das receitas e saldos do Contrato de Gestão e suas aplicações financeiras; • Nos meses de fevereiro, outubro e dezembro de 2016, os percentuais de rendimento bruto em relação aos saldos de contas de aplicação financeira oscilaram abaixo da média mensal no ano de 2016. De uma forma geral, isto se justifica pelo fato do recurso daquele mês ter sido depositado somente após a segunda quinzena e as bases de cálculo estarem reduzidas na maior parte do período. Os valores e datas dos depósitos estão detalhados abaixo: [1] Parte do aporte recebido em fevereiro/2016, no valor de R\$ 16.633, foi depositado somente na segunda quinzena deste mês. [2] Todo o ingresso de recursos de outubro/2016 foi depositado entre os dias 27 e 28. [3] Parte do aporte recebido em dezembro/2016, no valor de R\$ 61.236, foi depositado em somente no dia 30.

	Receitas apropriadas ao Contrato de Gestão 2016 (a) em R\$ mil	Ingresso de recursos 2016 (b) em R\$ mil	Rendimentos brutos mensais de aplicação 2016 (c) em R\$ mil	Saldos bancários mensais (d) em R\$ mil	% de rendimento (e)
Jan/16	7.235	-	801	115.420	0,69%
Fev/16	11.074	49.633	838	151.889	0,55% [1]
Mar/16	16.982	2.300	1.026	133.304	0,77%
Abr/16	11.952	25.171	959	150.458	0,64%
Mai/16	15.040	27.000	1.166	164.197	0,71%
Jun/16	38.780	2.000	1.095	154.435	0,71%
Jul/16	27.612	-	1.041	141.153	0,74%
Ago/16	22.583	6.380	1.055	131.782	0,80%
Set/16	12.722	15.954	909	127.346	0,71%
Out/16	14.854	102.000	822	211.374	0,39% [2]
Nov/16	22.480	4.000	1.351	193.419	0,70%
Dez/16	8.557	94.444	1.384	265.527	0,52% [3]
Total	209.871	328.882	12.447		

(a) Receitas do Contrato de Gestão – Registradas conforme as despesas são incorridas por competência, não significa, necessariamente que sejam entradas e saídas financeiras. (b) Ingresso de recursos – Recebimento de recursos via depósitos bancários. (c) Rendimentos brutos mensais de aplicação financeira somente das contas do Contrato de Gestão, sem desconto de IR e IOF. (d) Saldos finais mensais das contas de aplicação financeira do Contrato de Gestão, considera os ingressos de recursos do mês (caso tenham ocorrido), as receitas e os resgates de aplicação financeira. (e) Percentual de variação dos rendimentos brutos de aplicação financeira em relação aos saldos bancários mensais finais. V. Contabilização da reserva técnica e sua utilização/adequação. • Identificamos que não há reserva técnica constituída, portanto, não há contabilização de nenhum montante. VI. Verificação de contratos celebrados com recursos do Contrato de Gestão; • Verificamos em base de amostragem, os contratos mais significativos relacionados à despesa de telecomunicações, que guarda pertinência com os objetivos do Contrato de Gestão. Apesar de haver controles, não foi possível conciliar os saldos contábeis dos contratos celebrados em 2016 com os recursos do Contrato de Gestão. As falhas de controle foram apontadas no relatório de controles internos enviado para a Associação. Nosso relatório de controles internos menciona estas deficiências e o relatório do auditor independente foi apresentado com uma ressalva sobre estes saldos contábeis residuais. VII. Percentual de alavancagem de recursos extras ao Contrato de Gestão; • A proporção das receitas alavancadas em 2016, oriundas de recursos extras pactuados com a Associação RNP, provenientes de convênios, contratos e de prestação de serviços, em relação àquelas apropriadas ao Contrato de Gestão é de 5,69% conforme quadro a seguir:

	Receitas 2016 em R\$ mil
Receitas reconhecidas referentes ao Contrato de Gestão	209.871
Receitas financeiras referentes ao Contrato de Gestão	12.447
Outras receitas do Contrato de Gestão	(a) 1.578
Total do Contrato de Gestão	223.896
Receitas alavancadas pela Associação	(b) 12.750
Total conforme demonstrações financeiras	236.646
Cálculo do percentual:	em R\$ mil
Total das receitas do Contrato de Gestão	223.896
Receitas alavancadas pela Associação	12.750
Percentual em relação ao Contrato de Gestão	5,69%

(a) Receitas de reembolso de recursos e descontos financeiros obtidos. (b) Receitas de convênios, contratos e de prestação de serviços pela RNP. VIII. Evolução do ativo permanente (imobilizado) da RNP, segregando os investimentos com recursos próprios e do Contrato de Gestão; • A entidade nos apresentou documentação suporte para a segregação do ativo permanente ao que se refere ao Contrato de Gestão e aos demais convênios conforme quadros abaixo. Em nossos exames de auditoria, identificamos falhas no controle de bens do ativo imobilizado e verificamos que 45% dos itens não tiveram a sua existência comprovada. Adicionalmente, identificamos que a RNP vem registrando a depreciação com base nas taxas fiscais determinadas pela Secretaria da Receita Federal – SRF, enquanto que a norma contábil,

pelo pronunciamento CPC 27 – ativo imobilizado, requer que a depreciação seja calculada com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. Nosso relatório de controles internos menciona estas deficiências e o relatório do auditor independente foi apresentado com uma ressalva sobre estes saldos contábeis residuais. Saldo referente aos valores de aquisição de itens do imobilizado e do intangível do Contrato de Gestão, sem os efeitos da depreciação ou amortização:

Descrição	Saldo em 31.12.2015 em R\$ mil	Adições em R\$ mil	Baixas em R\$ mil	Saldo em 31.12.2016 em R\$ mil
	Máquinas e equipamentos	11.711	31	(210)
Equipamentos de informática	90.305	839	(2.932)	88.212
Móveis e utensílios	6.014	256	(244)	6.026
Benfeitoria em propriedade de terceiros	2.440	-	-	2.440
Instalações	109	-	-	109
Software (intangível)	5.460	968	(18)	6.410
	116.039	2.094	(3.404)	114.729

Saldo referente aos valores de aquisição de itens do imobilizado e do intangível dos demais convênios, sem os efeitos da depreciação ou amortização:

Descrição	Saldo em 31.12.2015 em R\$ mil	Adições em R\$ mil	Baixas em R\$ mil	Saldo em 31.12.2016 em R\$ mil
	Máquinas e equipamentos	462	-	-
Equipamentos de informática	9.210	1.074	-	10.284
Móveis e utensílios	1.897	42	(2)	1.937
Benfeitoria em propriedade de terceiros	97	-	-	97
Software (intangível)	35	5	-	40
	11.701	1.121	(2)	12.820

IX. Acompanhamento de eventuais pendências junto aos órgãos de controle; • Verificamos que entre 2013 e 2016 a entidade foi fiscalizada pela CGU, TCU e teve seus processos e controles das atividades relacionadas aos grupos de trabalho (GTs) e ao plano operacional (PO) avaliados por auditoria interna com emissão de relatório de recomendações. Essa auditoria interna também avaliou processos operacionais das áreas de suporte corporativo que apoiam os processos vinculados às atividades estratégicas da RNP. As "Ações RNP" descritas ao final de cada item listado abaixo referem-se à posição da Associação quanto às medidas a serem tomadas, reportadas à auditoria externa, em relação a cada recomendação ou determinação. Além de documentos físicos, recebemos também informações verbais, que foram listadas com o objetivo de destacar as informações que foram recebidas. • Não foi definido um plano de ação formal com prazos e medidas corretivas para cumprimento dos apontamentos resultantes de cada uma destas fiscalizações e auditorias, pois cada departamento, de forma descentralizada, implantou atividades com o objetivo de minimizar o impacto destes apontamentos. Desta forma, entendemos que a ausência de evidências quanto ao acompanhamento e avaliação efetivos da prioridade, viabilidade, efetividade do controle a ser implantado, prazos estabelecidos, tarefas relacionadas aos departamentos envolvidos e encarregados pela resolução de cada um dos apontamentos, não nos possibilita avaliar, com base em amostragens dos documentos recebidos, se os acompanhamentos destas recomendações estão sendo feitos na sua totalidade e endereçados de forma adequada. Adicionalmente, verificamos que, deficiências identificadas durante os nossos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras com base em 31 de dezembro de 2016, já haviam sido reportadas em fiscalizações e auditorias internas anteriores, o que corrobora a ineficiência no processo de mitigação de falhas e implantação de medidas corretivas. I. Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU). I.1. Contas do Exercício de 2013. I.1.1. Apontamentos dos acórdãos 3.226/2014 e 3.304/2014 do TCU. • Inclusão de indicadores de eficiência, buscando avaliar a economicidade na execução do Contrato de Gestão. • Aprimoramento da sistemática de avaliação de efetividade relacionada aos objetivos estratégicos do Contrato de Gestão e avaliação da conveniência e a oportunidade da inclusão de novos indicadores de efetividade. • Reformulação dos indicadores 2, 6 e 10. • Adoção de práticas de comparação de desempenho. • Plano Diretor da RNP providenciado até a assinatura do novo Contrato de Gestão. Ações RNP: • Os indicadores de eficiência e economicidade foram elaborados e passaram a ser apurados de forma experimental e relatados a partir do Relatório de Gestão Semestral 2016, disponível no site da RNP. • Em 2016, deu-se continuidade aos estudos orientados para o desenvolvimento de nova sistemática de avaliação do Contrato de Gestão, em especial aos fatores relacionados à medição da efetividade das ações organizacionais junto às suas partes interessadas. Neste contexto, foi realizado o seminário interno "Gestão do Desempenho Institucional", elaborado, a partir do referencial metodológico do desempenho institucional multidimensional proposto pela Fundação Nacional da Qualidade, que abrange partes interessadas, modelo de negócio, objetivos estratégicos, cadeia de valor, ativos, recursos e competências, além de trade-offs e riscos estratégicos. Com este seminário foram introduzidos na organização os primeiros conceitos sobre Teoria da Mudança, uma metodologia para avaliação de impactos sociais. Adicionalmente, a Comissão de Avaliação do MCTIC para o Contrato de Gestão (CA/MCTIC) orientou, em seu relatório semestral de 2016, para que a revisão da sistemática de avaliação, visando dar mais foco na efetividade, seja realizada durante o planejamento do próximo ciclo do Contrato de Gestão. • Os indicadores 2, 6 e 10 foram reformulados conforme planejamento estabelecido e relatado no Relatório de Gestão Anual 2015, e podem ser consultados no Relatório de Gestão Semestral 2016, disponível no site da RNP. Ao longo de 2016 foi construída uma proposta de novo Quadro de Indicadores para ser utilizado no próximo ciclo do Contrato de Gestão. Esta proposta foi refinada e pré-aprovada pela CA/MCTIC durante as reuniões de avaliação e acompanhamento realizadas em 2016. • A adoção de uma sistemática de comparação entre o desempenho da Organização Social com o de outras instituições nacionais e internacionais de excelência ainda não foi realizada. • O Plano Diretor da RNP que instruirá a renovação do Contrato de Gestão encontra-se em fase final de elaboração junto à Diretoria Executiva. 2. Auditoria Governamental - CGU. 2.1. Auditoria 2016/1861/001 - Transparência Ativa. 2.1.1. Em agosto de 2016, a RNP foi questionada pela CGU quanto ao motivo pelo qual não publicava na página da internet da Entidade uma série de informações mínimas, definidas nas recomendações contidas nos relatórios de auditoria 2014/05616 e 2015/3413 da CGU e no acórdão 3.304/2014-Plenário do TCU. A RNP respondeu aos questionamentos, mas a CGU ainda não retornou quanto às respostas enviadas. Ações RNP: • A RNP encaminhou uma resposta à CGU através do ofício RNP/COR - 006/16, questionando a aplicabilidade integral da Lei de Acesso à Informação (LAI) e normativos complementares à Organização Social RNP, além de justificar o motivo pelo qual alguns itens não estavam, até aquele momento, publicados. Ainda não houve retorno quanto ao resultado da avaliação das respostas emitidas pela RNP. Adicionalmente, por solicitação do Diretor Geral, a Controladoria montou um grupo de trabalho para apresentação de uma proposta de atendimento à LAI, principalmente no que diz respeito à transparência ativa. • A Controladoria, em conjunto com os representantes das áreas de Gestão da Informação, Jurídico, Recursos Humanos, Finanças e Administração montaram uma proposta completa de divulgação de informação, algumas de forma imediata e outras com necessidade de desenvolvimento para posterior publicação. Essa proposta foi encaminhada à Diretoria Executiva em agosto de 2016. • A Diretoria Executiva, até o término do exercício de 2016, não avaliou a proposta elaborada pelo grupo. 3. Auditoria Governamental - CGU. 3.1. Contas do Exercício de 2013. 3.1.1. Através do relatório de auditoria 2014/07811 foi identificado que as justificativas eram insuficientes para aquisições/contratações realizadas por dispensa e ausência de demonstração da compatibilidade dos valores praticados com os de mercado. Ações RNP: • A Controladoria da RNP foi solicitada pela CGU, em 27/12/2016, para responder ou solicitar internamente que a área responsável pela coordenação do plano de ação respondesse sobre o andamento de implementação das melhorias solicitadas. A área de Compras, responsável pela execução do plano de ação, encaminhou os documentos gerados para mitigação da recomendação dada pelo órgão de controle. • Os documentos foram entregues à CGU no dia 28/12/2016 e estão sob análise do Analista de Finanças e Controle responsável pela auditoria realizada. A RNP aguarda a resposta quanto ao atendimento integral desta recomendação. 4. Auditoria de controles internos efetuada pela firma Deloitte. 4.1. Auditoria Interna 2015: Relatório do processo Grupos de Trabalho. 4.1.1. Resultados: O trabalho realizado identificou riscos quanto à: • Vulnerabilidade de acesso aos dados e/ou utilização de dados incorretos dos GTs; • Políticas, normas e procedimentos não formalizados e/ou não divulgados aos colaboradores envolvidos; • Ausência de alçadas formalmente definidas para realização de atividades críticas; • Ausência de evidência de conferência do Edital publicado pela RNP (site e mídias sociais); e • Processamento do ranking de avaliação dos GTs sem considerar todas as avaliações efetuadas, entre outros. 4.2. Auditoria Interna 2015: Relatório do processo Plano Operacional. 4.2.1. Resultados: O trabalho realizado identificou riscos quanto à: • Não consideração da aprovação do MEC/MCTI na elaboração do Plano Operacional; • Ausência de evidências da aprovação formal do Plano Operacional; • Vulnerabilidade no acesso aos dados e/ou utilização de dados incorretos do Plano Operacional; • Políticas, normas e procedimentos não formalizados e/ou não divulgados aos colaboradores envolvidos; Entre outros. 4.3. Auditoria Interna 2015: Relatório do processo Grupos de Trabalho nas atividades de suporte corporativo (Compras, Controle Patrimonial e Viagens). 4.3.1. Resultados: O trabalho realizado identificou riscos quanto à: • Morosidade nos processos de compras para atendimento aos GTs; • Vulnerabilidade no controle de recebimento físico de mercadorias; • Vulnerabilidade na conferência de bens para inventário; • Controle ineficiente dos termos de responsabilidade sobre bens; e • Controle ineficiente dos registros de viagens. Ações RNP: • O plano de ação para atendimento aos apontamentos desta auditoria interna faz parte do Bloco 3 do Programa de Melhoria da Governança e Gestão (PMGG) de responsabilidade do EDO/SDI - Modelo de Gestão. O PMGG é composto por três blocos de trabalho, sendo o Bloco 3 responsável pelo tratamento dos apontamentos advindos do Projeto Piloto de Auditoria Interna. Esta ação ainda está em andamento com término previsto pela área responsável para julho/2017. • Estão sendo tratados apontamentos relacionados aos processos de Grupos de Trabalho (GTs) e Plano Operacional (PO) sob responsabilidade da Diretoria de Pesquisa & Desenvolvimento (DPD) e da Diretoria de Engenharia e Operações (DEO), respectivamente. É papel do Núcleo Modelo de Gestão - EDO/SDI o acompanhamento e facilitação dos planos. Em ambos os trabalhos já foram realizadas reuniões iniciais e a próxima reunião de status está prevista para fevereiro/2017. • O plano de ação das melhorias do processo Grupos de Trabalho é composto de três linhas de ação conforme clusterização realizada com base no cruzamento de etapa x risco x responsável com atuação múltipla nas ações de: 1. Aspectos Gerais, 5. Compras, 6. Viagens, 7. Controle Patrimonial e 9. Propriedade Intelectual. Já as ações com atuação específica de profissionais da DPD, conforme as subdivisões: 2. Seleção dos GTs e Coordenação dos GTs. • Em relação ao plano de ação das melhorias do processo Plano Operacional, há a centralização na Gerência de Engenharia de Redes que está atualizando seus fluxos de trabalho, validando com os gestores envolvidos e elaborando os manuais. X. Verificação da adequação dos gastos realizados com os objetivos, ações e metas do Contrato de Gestão; • Durante os nossos exames, verificamos com base em amostragem, documentação suporte para algumas despesas da entidade, diretamente relacionadas ao Contrato de Gestão. Não identificamos despesas que não sejam pertinentes à atividade, mas durante nossas análises de procedimentos internos, os controles e políticas internas do processo de compras e contratação de fornecedores apresentaram falhas, como por exemplo, ausência de revisão e ausência de novas cotações, quando somente um interessado envia a proposta. As recomendações para melhoria dos procedimentos constam do relatório de controles internos apresentado à Administração da Entidade. • Para as despesas indiretas e de pessoal, não é efetuado rateio e, portanto, há custos que são totalmente alocados em projetos, mas que deveriam ser considerados de forma parcial. As recomendações para melhoria dos procedimentos constam do relatório de controles internos apresentado à Administração da Entidade. XI. Eficiência da gestão sob o aspecto de economicidade e de necessidade ou relevância das contratações. • Identificamos, em nossas análises dos controles internos para fins de auditoria contábil, que o processo de compras e contratação de fornecedores apresenta deficiências e não obtivemos razoável certeza quanto ao processo estar sendo feito de forma a contratar os fornecedores de melhor preço, devido às aberturas que o procedimento interno prevê, como por exemplo, ausência de outros fornecedores para comparabilidade de preço, até determinados limites. Adicionalmente, identificamos durante os nossos trabalhos de análise trabalhista e previdenciária que as atividades executadas por prestadores de serviços, principalmente pessoa física, não são avaliadas pela área requisitante mediante um relatório de atividades. A ausência deste relatório impede o acompanhamento do serviço prestado, se está de acordo e foi finalizado conforme condições contratadas. As principais recomendações do nosso relatório de controles internos dizem respeito às cotações de contratação de prestadores de serviços e maior rigidez quanto à documentação suporte necessária à cotação, aprovação e análise comparativa dos potenciais fornecedores que serão contratados. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017. ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-RJ - 004.080/O-9. Cláudio Silva Foch - Sócio Responsável - CRC-RJ - 102.455/O-4 - Contador.